

# NA USP, SER CIENTISTA É FAZER VOTO DE POBREZA

Robinson Sasaki e Ana Sanchez

*A visão que as pessoas têm dos docentes da USP, a maior e a mais conceituada Universidade da América do Sul, é de que todos, ou pelo menos a grande maioria, dispõem de uma vasta biblioteca, casa própria e carro do ano. “Estão estabilizados na vida”. A realidade não é bem esta, como pode ser comprovado nesta matéria com cinco professores que se dispuseram a contar quanto ganham e como vivem. Este painel revela as conseqüências da perversa política de desvalorização da Educação e a deterioração das condições de vida dos que a ela se dedicam.*

**A**os 44 anos, 25 dos quais voltados para o Magistério, Sandra Vasconcelos viu-se diante da primeira possibilidade concreta de comprar um apartamento de dois quartos. Mas, uma simples conta de somar colocou por terra seu sonho: não daria para pagar mensalmente os R\$ 649 de prestação do Plano 100 (oito anos para quitar) e ao mesmo tempo arcar com o aluguel do imóvel em que mora e as despesas do dia-a-dia, enquanto aguardasse a construção e a entrega do apartamento.

O corretor que a atendeu ficou surpreso. Como uma professora universitária, com 11 anos de carreira na Faculdade de Letras da USP, não tinha renda para um financiamento? Afinal, a imagem que associa sucesso profissional ao suposto êxito financeiro do docente da USP está arraigada na sociedade.

Basta conversar com um motorista de táxi, um termômetro da opinião pública, para ter uma medida desse mito.

“O senhor é mentiroso; não acredito que um doutor ganhe tão pouco, menos do que eu tiro com o táxi; o senhor vive é no bem bom”, costumam exclamar os motoristas ao bem-humorado **Ciro Teixeira Correia**, docente do Instituto de Geociências. Esses

motoristas não imaginam os malabarismos que **Ciro**, **Sandra** e a maioria dos 5.500 docentes da Universidade de São Paulo fazem para não sobrar mês no fim do salário, em prejuízo da tranquilidade necessária para o ensino e as pesquisas.

Suas carreiras desenvolveram-se exatamente dentro do período mais grave de degradação salarial. Entre 1975 e hoje, os salá-

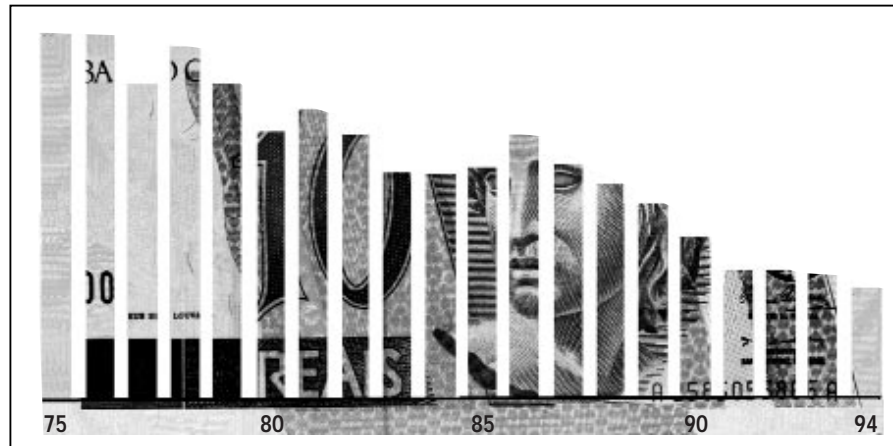


rios so-

freram perdas anuais médias de 5% em comparação com o índice de custo de vida no mesmo período. Análises do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos-DIEESE mostram que o poder de compra do salário médio do docente da USP hoje equivale a menos de um terço do de duas décadas atrás (veja gráfico). Estas perdas são agravadas pelo fato de a sociedade e as necessidades tecnológicas terem evoluído. Enquanto a remuneração caiu, as exigências do cotidiano e os custos dos instrumentos para atualização científica e para pesquisa subiram, num caminho inverso. O advento da informática é o maior exemplo da evolução dessas necessidades.

Tal processo de deterioração chegou a um ponto esdrúxulo: os responsáveis pelo desenvolvimento do conhecimento e da formação profissional ganham tanto quanto muitos trabalhadores em ocupações de nível médio, que deflagram seguidas greves por condições mais dignas. Os dados da Bolsa de Salários, do jornal Folha de S. Paulo, comprovam isso. Um Auxiliar de Ensino (MS1) — primeira fase da carreira docente na USP — trabalhando em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) recebia em média, em fevereiro, aproximadamente R\$ 850, o equivalente ao salário médio de um afiador de ferramentas na indústria, por 8 horas de trabalho diário.

Um professor assistente (MS2), com mestrado, ganhava em regime integral de trabalho quase R\$ 1.480, praticamente o mesmo que um auditor de sistemas. Maria Cristina Barufi é MS2, mas optou pelo Regime de Turno Completo (RTC), dando 24 horas semanais de trabalho. Por isso, recebeu, em fevereiro, R\$ 648 líquidos, igual a um técnico em segurança de trabalho iniciante.



Um professor doutor (MS3), condição alcançada após uma década de trabalho, conseguia tirar em média R\$ 2.000 (bruto). De cada 100 docentes, 55 estão nesta faixa. Sandra Vasconcelos e Ciro Correia são MS3, com dois quinquênios (cada quinquênio significa 5% de gratificação por cinco anos de docência), e conseguiram, líquido, aproximadamente R\$ 1.650, tanto quanto ganha um bom retificador ferramenteiro oficial.

No degrau acima na carreira, estão os professores Associados (MS5), cargo obtido em concurso de livre docência. É o caso de Roberto Ribas e José Eli da Veiga, que também com dois quinquênios cada e em regime de dedicação integral receberam, bruto, R\$ 2.550, igual ao maior salário de um encarregado de expedição. Os 18% que são professores titulares (MS6) e estão no topo da carreira na USP obtinham em média R\$ 2.750, menos que os mais bem remunerados projetistas na área elétrica da indústria.

Esses números — alterados em no máximo 10% em março por causa de um aumento na gratificação por mérito — indicam o quadro em que foram medidos os docentes. Que se tornam ainda mais grave, em muitos casos, por contingências que abalam a família, como viuvez precoce, separações conjugais e, principalmente, desemprego do cônjuge.

Sandra Vasconcelos, por exemplo, vive uma situação muito peculiar. Ficou viúva antes de ingressar na USP e sustenta a casa sozinha. A pensão obtida após a morte do marido, paga apenas a mensalidade do curso de Jornalismo que a filha, de 19 anos, faz na PUC. Até 92, sua única fonte de renda era o salário da USP. Conseguiu, naquele ano, uma bolsa de pesquisa do CNPq que lhe garantia uma complementação salarial equivalente a 20% do seu salário. Neste ano, Sandra conseguiu a renovação da bolsa com o CNPq e percebeu que a complementação corresponde hoje à metade do seu salário líquido. “Só esse dado mostra a queda do nosso salário”, enfatiza ela, acrescentando que, embora não goste de depender desses benefícios, “não teria como pagar suas contas sem esse dinheiro”.

Utiliza um terço de sua renda com condomínio e aluguel de um apartamento no bairro da Vila Madalena. O telefone que possui, Sandra ganhou do pai, a quem agora ajuda financeiramente. O microcomputador de que dispõe em casa foi conseguido dentro de um plano, similar ao *leasing*, implantado pela USP há dois anos. Pelo modelo 386, ela pagou oito prestações de 100 dólares e tem direito a ficar com o micro por 10 anos.

O Fiat 147 foi trocado recentemente por um Uno Mille. Só

conseguiu adquirir um carro do ano porque economizou parte do seu salário da USP enquanto esteve na Inglaterra, entre 93 e 94, com uma bolsa de 1.400 dólares mensais.

Não viaja, de férias, há cinco anos e usa o dinheiro adicional das férias e o 13º salário para 'tapar buracos' no orçamento. Regula cinema e restaurante. E garante que no começo da carreira, ao contrário de hoje, "pagava aluguel, escola e vivia sem muita aflição e ansiedade".

Ciro Teixeira Correia, de 38 anos, também tem uma história muito particular. A opção pelo ingresso na docência da USP, em 82, significou uma queda em sua renda. "Profissionalmente, fui la-deira acima; salarialmente, fui la-deira abaixo", comenta. Mesmo assim, suas economias mais uma pequena herança possibilitaram, na época, a compra de um apartamento e de um carro do ano. Ele se separou da mulher em 84 e viu suas despesas duplicarem. Vendeu o apartamento, dividiu o dinheiro com a mulher e comprou a metade do carro que cabia a ela. Com o que sobrou dessa transação, deu entrada num apartamento no Butantã e comprou um telefone.

Só com o filho, ele gasta, hoje, cerca de R\$ 700 por mês para cobrir as mensalidades de escolas e clube, a mesada e os custos das viagens que faz para vê-lo em Ribeirão Preto, onde o menino mora com a mãe. As despesas aumentam no início das aulas, quando precisa comprar o material escolar. Neste ano, só para isso desembolsou R\$ 240.

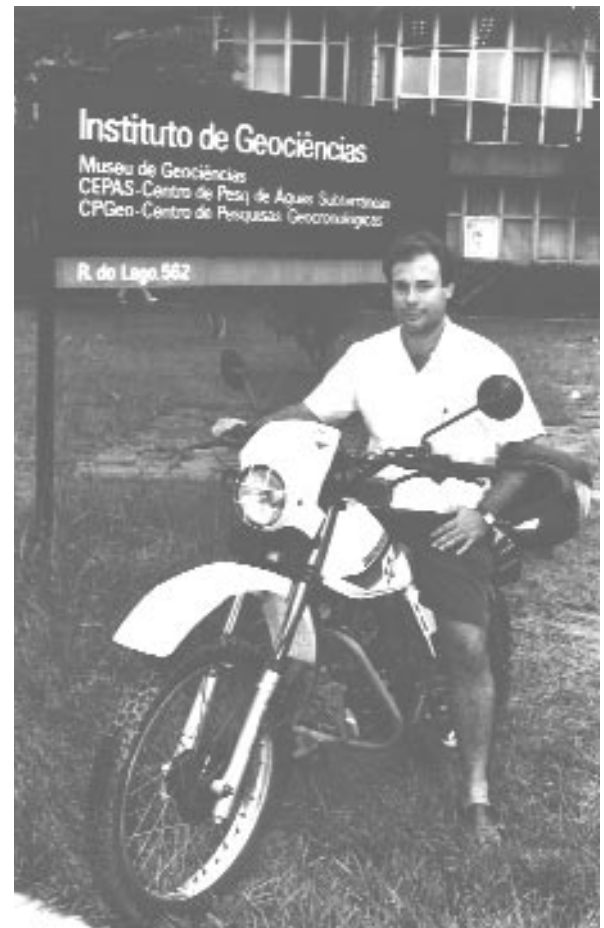
Em 85, vendeu o carro, foi para a Itália, onde ficou por dois meses e meio com bolsa de uma instituição de pesquisa de lá. Voltou com 5 mil dólares e se assustou com o Brasil que encontrou. "Por causa das altas taxas de inflação, aqui tinha virado outro mundo. Assim só pude comprar um Fiat 147, ano 83", relembra.

Os problemas financeiros começaram então a se acentuar, a ponto de ter que trocar o Fiat por uma Brasília 79 e dividir o apartamento e as despesas com amigos. Em 86, virou mestre, passando a receber de 15% a 20% a mais. "Mesmo assim, o salário continuava perdendo para a inflação. Tive que vender a Brasília e comprei uma bicicleta Calóí 10 que usava para vir trabalhar." Desfez-se da bicicleta em 91, quando comprou uma moto 86 de 125 cilindradas, que usa até hoje.

A situação estava tão ruim que, em 86, Giro prestou concurso para fiscal de renda, cujo salário era três vezes maior do que o da USP. "Graças a Deus não passei, porque gosto do que faço e porque consegui sobreviver".

Giro diz ter a impressão de que, agora, quando já é doutor e tem dois quinquênios, recuperou boa parte do poder aquisitivo do início de carreira. "Por incrível que pareça, precisei subir na carreira para ter quase a mesma disponibilidade financeira de 13 anos atrás. É isso que tem acontecido com os docentes daqui. Mesmo assim, não compro livros, uso os da biblioteca daqui e não pude comprar o micro oferecido pela USP", desabafa, condenando esse processo de andar para ficar no mesmo lugar.

José Eli da Veiga, 46 anos, leciona desde 82 no Departamento de Economia e faz parte do programa de pós-graduação em Ciência Ambiental, ministrando o curso de Agricultura Sustentável. Ele é um dos que viram o de-



*Giro Correa é professor na USP há 13 anos.*

semprego bater à sua porta. Sua esposa sempre trabalhou, aumentando a renda familiar. No momento, porém, ela está desempregada.

Em 1986, José Eli passou a obedecer ao regime de dedicação integral à docência e à pesquisa. Até então, trabalhava na USP e tinha outro emprego no governo. A partir do momento em que ingressou no RDIDP, e durante muitos anos, dedicou-se exclusivamente ao trabalho na Faculdade "para efeitos de progresso na carreira". Durante esse tempo publicou três livros, fez pós-graduação na Inglaterra e na Califórnia. Atualmente, tem alguma atividade fora da Universidade: dá uma consultoria para a FAO e fez, no ano passado, um trabalho para o Ministério do Meio Ambiente.

Livre-docente e professor As-

sociado, ele diz que “dá para viver com os quase R\$ 2 mil líquidos” que recebeu no mês passado, “porque tenho apenas um filho, de 16 anos, que não é consumista e adora roupas e tênis velhos, e porque não tenho pretensões de um padrão de vida alto. Além disso, gosto muito do trabalho científico. Mas, com esse salário, é impossível pensar em comprar algum imóvel, por exemplo, ou ter um bom carro. Quando voltei dos Estados Unidos, levei um ano juntando dinheiro para comprar um carro usado, e só consegui porque as economias foram reforçadas com um trabalho de consultoria para a FAO”. José Eli tem um Voyage 89, com 100 mil km rodados. E nenhuma perspectiva de trocá-lo.

Tem também um apartamento de dois quartos, na Vila Madalena, comprado em 1982, financiado pelo BNH, cuja prestação hoje é menor que R\$ 100. Sua despesa mensal mais alta é a mensalidade do colégio do filho, que deu um grande salto este ano e foi a quase R\$ 400. Depois vem o condomínio, cerca de R\$ 200. Mas ele conta que neste fevereiro/março, mês de compra de material escolar para o curso colegial e para o curso que o filho faz na Aliança Francesa, seu saldo bancário acabou reduzido a menos de R\$ 500, para passar o mês todo.

A família de José Eli não tem um plano de saúde privado, o que oneraria bastante seu orçamento. “A saúde fica por conta do Hospital Universitário da USP”, diz ele, “que para tratamentos mais complexos é ótimo, mas no dia-a-dia não funciona. Uma consulta com um ginecologista, por exemplo, demora seis meses”. Nesses casos, a família acaba pagando médicos particulares.

O caso de Roberto Ribas, do Instituto de Física, não é muito diferente de seu colega José Eli da Veiga. Ele está na USP desde 80, e em 93, passou a ser profes-



sor Associado. Três anos antes de se tornar livre docente, esteve na Itália, dentro de um programa de colaboração científica. Ao retornar de lá com algumas economias, comprou uma Belina 84. Até hoje esse veículo serve sua esposa, uma cantora que vive de eventuais contratos de shows.

Ele vai a pé para a USP pois mora perto, num apartamento adquirido graças a uma herança deixada pelo pai, que cobriu dois terços do valor total do imóvel. Mesmo assim, ainda paga R\$ 450 de prestação e outros R\$ 250 de condomínio. Costuma almoçar num restaurante por quilo dentro do campus. Mas não todo dia, “pois pesa no orçamento”. Por isso, frequentemente faz um bom café da manhã, chega mais tarde na universidade e não sai para almoço. Nesses dias, alimenta-se de bolachas ou frutas que leva de casa.

Uma de suas filhas estudou na Escola de Aplicação da USP e hoje faz cursinho. A outra filha

fez parte do 2º Grau em escola particular, mas foi obrigada a abandoná-la no 3º ano porque Roberto não agüentou arcar com as mensalidades. Mesmo assim, a jovem entrou na FAU.

Roberto diz que houve uma queda no nível de alimentação em casa porque hoje faz compras pelo preço e não mais apenas pela marca. Só possui computador por causa do plano oferecido pela USP. Teatro, ele ainda frequenta porque sua mulher já foi atriz e ganha ingressos. Roberto é um dos 30% dos docentes de seu Instituto que tem bolsa de complementação salarial do CNPq (cerca de 900 dólares por mês), sua “tábua de salvação”.

Dos professores entrevistados, a que mais precisa criar alternativas de sobrevivência é Maria Cristina Barufi. Casada com um professor (MS5) da Faculdade de Educação, ela tem oito filhos. Quatro deles estudam na USP, se viram com xerox de livros, trabalham regularmente ou fazem serviços temporários. A renda global na família gira em torno de R\$ 4 mil.

É a segunda vez que Maria Cristina é docente da USP. Lecionou no IME de 71 a 76, quando foi “ser apenas mãe”. Morou até 90 na única propriedade da família, um sítio em Ibiúna, onde seus filhos estudavam em escola pública. Dois anos antes de deixar o sítio, voltou a lecionar no mesmo Instituto em regime de dedicação integral.

Em 93, optou pelo regime de Turno Completo, para pegar aulas em escolas privadas. Essa opção não representou ganhos diretos em remuneração, pois a deterioração salarial ocorreu em todos os níveis de ensino. Os ganhos vieram em bolsas de estudos para os filhos nas escolas em que Maria Cristina trabalha.

Sua família está instalada num sobrado de três dormitórios, cujo aluguel é de R\$ 600. A volta para São Paulo representou um gran-

de acréscimo no orçamento porque as exigências de consumo e as atividades culturais são maiores do que no sítio. Este ano, passou apertado por causa dos gastos com material escolar dos filhos menores. Para economizar, pediu livros emprestados de amigos professores.

O que lhe garante também uma boa economia em casa é a opção pela alimentação macrobiótica, onde não entra carne bovina. “Essa é uma opção sadia e corta também gastos com médicos”, explica Maria Cristina.

Dar aulas em outros níveis de ensino ou em escolas privadas não é uma alternativa para todos os docentes da USP. Existem algumas universidades que pagam um pouco melhor do que a USP, mas perdem em condições de trabalho, diz Sandra Vasconcelos. “Além disso, fizemos uma opção pela pesquisa e tenho que devolver à sociedade em forma de trabalho o investimento que fizeram em mim. Mas quero que a Universidade me permita fazer essa opção com dignidade”, acrescenta. Uma das poucas opções que ela tem para aumentar sua renda é o trabalho de tradução de livros, que não fere as normas do regime de dedicação integral.

Para Roberto Ribas, não há muitas alternativas fora da USP. Além do ensino, um físico não tem mercado de trabalho no Brasil. Mas sairia da USP se encontrasse em outra universidade um grupo experimental que lhe interessasse e “porque está insuportável viver em São Paulo”.

A bolsa de complementação salarial do CNPq que tem garantido a sobrevivência de Sandra e Roberto não é uma realidade para todos. Embora gabaritada, a maioria não consegue obter esse benefício, que, segundo Ciro Correia, tem servido para camuflar baixos salários e que acabou se transformando em um instrumento pernicioso. “O nosso salário deveria dar conta. Como não

dá, e mesmo que quisesse, não teria alternativas para complementar minha renda fora (o setor mineral no país está paralisado), eu também já tentei obter a bolsa. Só que, como muitos outros, não consegui. Essa bolsa criou uma indesejável situação de dicotomia salarial entre os docentes”.

Ao contrário do que ocorre nas áreas de Geociências, Física e Letras, onde são raras as solicitações de trabalho externo, em outras — como Engenharia, Medicina, Administração — basta o professor querer prestar serviços que o mercado é imenso.

“Teoricamente, o RDIDP — adotado por 75% dos docentes da USP — é um regime que permite fazer muito pouca coisa fora. É preciso autorização para tudo, até para conceder uma entrevista à imprensa, caso seja remunerada. Em qualquer caso de remuneração, a USP fica com 5% do que o professor receber. Na prática, no entanto, a coisa é bem mais flexível”, explica José Eli da Veiga, do Departamento de Economia, área extremamente solicitada para consultoria empresarial. Ele revela que não é um tipo padrão na Faculdade porque não presta esse tipo de serviço, “como o pessoal que trabalha nas fundações da Economia, da Administração e da Contabilidade e que tem um nível de vida bem alto”.

“Na USP, optar por ser cientista é o mesmo que fazer voto de pobreza”, reflete José Eli. “Sendo assim, as pessoas procuram se virar por fora, mesmo algumas que optaram pelo RDIDP. O regime de RDIDP é uma situação necessária pela qual se tem de passar para poder estudar, pesquisar, escrever livros, enfim, desenvolver a carreira. Quando o professor já é titular e não precisa mais de tempo para estudar, freqüentemente ele troca de regime, fica dando apenas algumas aulas na Faculdade e vai ser diretor de banco,

montar uma grande empresa de consultoria”. Segundo José Eli, para muitos desses profissionais, a atividade na Faculdade passa a ser apenas um “bico”.

Por que eles não se desligam de vez? José Eli explica: “Por causa da ‘imagem de marca’ que a USP confere ao profissional. Quando ele publica um livro, não assina fulano de tal, dono de uma consultoria, mas professor da USP. Outra razão é a aposentadoria, o que leva muitos professores do RDIDP a burlarem a legislação, realizando um trabalho constante fora da Faculdade e sem trocar de regime. É que você só se aposenta com o salário de um determinado regime se estiver há vários anos nele”.

Ao professor, não parece ruim que os profissionais da Faculdade exerçam atividades fora dela. “Para a Universidade é importante essa diversidade. Ruim seria ter apenas pessoas submetidas a um regime de tempo integral, encasteladas, sem vivenciar o que acontece no mercado. Errado é o professor estar sob o RDIDP e realizar atividades fora. Nesse regime, acho correto que se exija tempo integral. Acho que o controle deveria ser mais rigoroso”.

Segundo sua maneira de ver, é ilusão esperar que os salários aumentem muito, pois não há dinheiro suficiente para isso. “Tenho defendido que nos reajustes salariais, o RDIDP receba um aumento maior, tenha vantagens diferenciadas”, explica ele. “O ideal seria valorizar o indivíduo totalmente dedicado à docência e à pesquisa porque isso é estratégico para o país. Deveríamos, portanto, pagar mais a esses que fizeram o ‘voto de pobreza’, mesmo em detrimento dos salários dos que estão sob outros regimes, porque não é o salário que segura estes outros profissionais na Universidade, mas a ‘imagem de marca’ que a Universidade lhes confere”.